

# CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ESTIMATIVA DOS PRINCIPAIS ITENS DA RECEITA – Exercício de 2013

LDO, art. 8º, inciso III

## a) RECEITA TRIBUTÁRIA:

A previsão das receitas de origem tributária do Distrito Federal, composta pelos impostos e taxas, bem como de suas derivadas (multas, juros de mora e dívida ativa), acrescidas das Cotas-Partes do Fundo de Participação dos Estados – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, foi elaborada pela Subsecretaria de Receita da Secretaria de Estado de Fazenda, levando em conta o que preceituam a Lei de Responsabilidade fiscal, art. 12, e a Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2.579/2008, relativamente à sistemática de cálculo requerida, conforme a seguir:

- a) Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- b) (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- c) (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- d) (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- e) (=) Receita tributária estimada - PLOA.

Assim, para o exercício de 2013, os valores lançados no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA encontram-se líquidos de renúncias de receitas, isto é, receita bruta (-) renúncia de receita tributária (=) receita líquida.

Entende-se por receita de origem tributária a composição de itens de receita além de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Isso se dá em função de que outras receitas derivadas se incorporam no demonstrativo.

A projeção da receita de origem tributária para o exercício de 2013, em valores correntes, foi estimada em R\$ 12,9 bilhões, compreendida entre impostos, taxas, contribuição para o sistema de arrecadação de tributos, Cotas-Partes do FPE e FPM, multas e juros de mora e dívida ativa. Na deflação dos valores correntes para 2012, utilizou-se como deflator o IGP-DI médio construído com base na média das expectativas do mercado financeiro, vigentes em 22/06/2012, conforme a seguir.

### PREVISÃO PARA O IGP-DI ANUAL – 2012-2015

2012	2013	2014	2015
5,90%	5,02%	4,88%	4,73%

Expectativas do mercado financeiro, [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), em 22/06/2012.

### IGP-DI MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES

2012	2013	2014	2015
1,0000	0,9491	0,9044	0,8630

Elaboração: Gerência de Estudos Econômicos e Política Fiscal/COPAF/SUREC/SEF.

## RENÚNCIA DA RECEITA TRIBUTÁRIA:

Com vistas a atender ao disposto no art. 4º, §2º, V, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e subsidiar a elaboração do Projeto da Lei de Orçamento Anual – PLOA para o exercício financeiro de 2013, foi apresentada a projeção da renúncia das receitas de origem tributária do Distrito Federal, administradas pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda, para os exercícios de 2013 a 2015, utilizando-se a seguinte metodologia:

1. Inicialmente, foi realizado o levantamento do quadro legal dos benefícios tributários classificados pela Diretoria de Tributação da Subsecretaria da Receita como renúncia de receita, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A partir destes dados e com base na observação de períodos anteriores, considerou-se a manutenção e prorrogação da totalidade das leis e convênios ICMS/CONFAZ que concedem os atuais benefícios fiscais, por todo o período do próximo plano plurianual (2012-2015).
2. Para os itens com registro de fruição no exercício de 2011, a projeção da renúncia de receita para 2013 a 2015 consistiu na atualização monetária dos valores realizados em 2011.
3. Para os itens cuja apuração de realização é efetivada indiretamente, por meio de estimativas, a atualização partiu dos valores já previstos para 2012.
4. Para os benefícios sem registro de fruição ou estimativa para 2011, os valores foram estimados a partir de informações dos cadastros de contribuintes da Secretaria de Estado de Fazenda, assim como por consultas a outros órgãos públicos e entidades de Direito Privado.
5. Na impossibilidade da coleta das informações cadastrais ou por consulta, a estimativa considerada foi correspondente ao menor valor realizado em 2011 para o tributo em questão, atualizado monetariamente.
6. Com relação ao ICMS, a estimativa da “reserva para implementação de renúncias não previstas a serem concedidas de acordo com a LC federal nº 24/75” foi realizada levando em conta as projeções de concessão ou ampliação de benefícios solicitados no exercício de 2011, mas não incluídos na proposta orçamentária daquele ano.
7. A atualização monetária referida nos itens anteriores se deu pela aplicação de índices médios estimados, construídos com base na expectativa do mercado financeiro para a variação do INPC/IBGE para os exercícios de

2013 a 2015<sup>1</sup>.

### INPC/IBGE – ÍNDICES MÉDIOS ACUMULADOS

Ano Base	2012	2013	2014	2015
2011	1,05225	1,10565	1,16114	1,21630

A utilização dos valores da renúncia de receita ocorrida em 2011 para projeção da renúncia de 2013 a 2015 justifica-se pela expectativa de que parte dos benefícios vigentes em 2011 ainda estará em vigor nos referidos exercícios, assim como pela imprescindibilidade da utilização dos dados históricos disponíveis em uma projeção, visando a sua maior fidedignidade à realidade.

Assim, consideraram-se os benefícios concedidos e registrados pelas unidades da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda ao longo de 2011, por meio de Atos Declaratórios, Despachos de Reconhecimento e de alterações de ofício em sistemas do Órgão.

Em relação ao valor significativo da renúncia do ICMS, vale mencionar que a implementação do Convênio ICMS 86/11, por meio da Lei nº 4.732/11, ao possibilitar a concessão de remissão do tributo em elevado valor no exercício de 2013 (R\$ 6.172.317.851), e, significativamente, menor nos anos seguintes (R\$ 661.384.225 em 2014 e R\$ 751.323.403 em 2015), produz distorção na comparação entre o primeiro e os demais períodos da projeção de renúncia do ICMS e da receita tributária.

### RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FPE E FPM:

As receitas constitucionais, relativas à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, têm como origem a repartição das receitas do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, auferidas por retenção da Grande Massa Salarial, não pertencente aos Quadros de órgãos públicos, bem como do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI-Ex, nos termos do que dispõem os arts. 157 e 158 da Constituição Federal de 1988.

Embora sejam classificadas como transferências da União, estas receitas apresentam-se como de origem Tributária exatamente por provirem da repartição do Imposto de Renda e do IPI-Exp., e, também, por terem uma representatividade na composição dos recursos dos Orçamentos. Apesar de seu crescimento progressivo e substancial nos exercícios passados, para 2013, foram atualizadas apenas pela inflação correspondente àquele exercício.

---

<sup>1</sup> Conforme Relatório Focus do dia 22/06/2012, disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico>>, os percentuais considerados foram: **5,08% para 2012, 5,21% para 2013, 4,86% para 2014 e 4,66% para 2015.**

**b) RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE BENS:**

As receitas de alienações de bens decorrem exclusivamente da intenção da venda de bens móveis e imóveis, cujo montante e sua aplicação, nos termos do art. 4º, § 2º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se delineado no Quadro XVIII, constante do módulo “Documentos Complementares”, que acompanha o Projeto de Lei Orçamentária para 2013.

**c) RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO:**

A previsão das receitas de operações de crédito levou em conta, sobretudo, a necessidade de comprometimento deste Governo com os investimentos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. Ademais, a partir da sinalização positiva do Governo federal em autorizar novos empréstimos junto à comunidade financeira, situada no país ou no exterior (BID, CAF, BIRD, AFD, BNDES, CAIXA), oportuno se fez a apresentação de plano de aplicação para os mesmos.

\*\*\*\*\*